

**Presença Nipônica em Paracatu: a nova geração.**

**Narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade.**

Helen Ulhôa Pimentel

Rosana Ulhôa Botelho\*

**Resumo:**

O artigo discute questões surgidas na definição de uma pesquisa relacionada às comemorações dos cem anos da imigração japonesa para o Brasil. No diálogo com integrantes de uma colônia nipo-brasileira situada no município de Paracatu, emergiram indagações sobre as referências histórico-culturais desses brasileiros que trazem em si as marcas de “um certo oriente”. As discussões aqui desenvolvidas procuraram ajustar o foco da pesquisa, levando em consideração as articulações entre narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade.

**Palavras-chave:** narrativas de celebração – conhecimento histórico - alteridade

**Abstract:**

This article deals with questions that emerged in the planning of a research related to the celebration of the 100<sup>th</sup> anniversary of Japanese immigration for Brazil. When the authors interviewed Japanese descendants people who live in Paracatu Municipality (Minas Gerais State), several questions emerged on the historical and cultural background of these Brazilians who carry physical marks of their oriental ancestors. The study tries to calibrate the research focus considering the relations among narratives on celebration, historical knowledge production and sense of to belong to a “different” group.

**Words key:** celebration narratives - historical knowledge - difference

**As condições iniciais da pesquisa: uma encomenda**

O Centenário da imigração japonesa para o Brasil, a ser comemorado em 2008, tem mobilizado associações nipo-brasileiras na produção de eventos e na publicação de “livros comemorativos” em que os personagens são descendentes de imigrantes japoneses. Alguns entendem que este trabalho não deve ser feito de forma amadorística e recorrem ao assessoramento de profissionais da área de história, como o fez um grupo de agricultores radicados no noroeste do estado de Minas Gerais, município de Paracatu, ao procurar uma de nós para auxiliá-los na produção e publicação de um livro sobre a sua história. Ao acolher o convite, contávamos com a possibilidade de realizarmos um trabalho de pesquisa ancorado na

---

Helen Ulhôa Pimentel é professora da Unimontes e do UniCEUB. Rosana Ulhôa Botelho é professora do UniCEUB. Ambas são doutoras em história pela Universidade de Brasília.

história oral e na análise de documentos relativos ao empreendimento agrícola em que estes agricultores estiveram inseridos, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Começamos, então, o processo de seleção das fontes disponíveis, passos imprescindíveis à proposição de um projeto de pesquisa e à negociação de recursos para sua execução. Neste processo, conversas e encontros com alguns dos que serão os protagonistas da história resultante do trabalho de pesquisa foram abrindo um campo de diálogo entre nós, tanto no que dizia respeito à captação de recursos, quanto ao tipo de resultado que se pretendia obter. No que diz respeito à captação de recursos, ainda estamos na estaca zero, mas, relativamente aos resultados, as conversas nos levaram à discussão de uma série de questões relativas à imbricação entre narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade. Portanto, são estas as questões que dão o tom da presente comunicação.

### **Alteridades**

Conversas preliminares com alguns dos interessados na pesquisa nos deram a medida do primeiro desafio e enfrentar e que dizia respeito às diferenças de percepção sobre o que se iria fazer. A demanda era por “um livro que contasse a história” dos agricultores nipo-brasileiros que se instalaram na região a partir de 1981. Alguns dos interessados já sabiam da existência de iniciativas semelhantes em outros locais e queriam participar das comemorações do centenário registrando a sua história. Nossa interlocutora, E. M, nipo-brasileira, criadora da primeira empresa provedora de internet do município, promoveu um encontro entre nós e alguns dos integrantes do grupo. As primeiras conversas e entrevistas ocorreram num fim de semana em que crianças e adolescentes participavam de um curso de tênis de mesa e seus pais e avós se confraternizavam no clube Kaikan.

Percebemos que não havia um consenso sobre o sentido a ser dado à comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil. A propósito da questão dos prováveis patrocinadores, houve um questionamento a respeito de quem teria interesse em financiar a história de um empreendimento “que não tinha dado certo”. A discussão, a partir desse ponto foi colocada nos seguintes termos: afinal, que tipo de história eles queriam contar? A história de um empreendimento ou a história deles, de sua trajetória de vida, daqueles homens e mulheres que saíram de outras regiões para desenvolver um projeto de agricultura no cerrado mineiro? A relação íntima entre as duas coisas foi discutida, mesmo porque a reunião deles naquela cidade e o associativismo resultante decorreram de sua participação no projeto.

De nossa parte, queríamos participar de um trabalho capaz de construir narrativas partilhadas de mudança, um contraponto, em nosso entender, à excessiva tematização da dimensão étnica associada à política de identidade que informa muitos estudos de história cultural na atualidade. Aliada a isso, nossa afinidade com a história oral nos fazia querer mostrar aos demandantes da pesquisa que a narrativa histórica seria feita da forma como eles a pontuassem, cabendo-lhes escolher os fatos que gostariam de lembrar e conduzir o fio da narrativa. Nós estaríamos escutando, registrando e colocando perguntas, mas de forma que as perguntas não atrapalhassem o fio de suas histórias. O primeiro grupo de interlocutores, formado por um homem e quatro mulheres, transferiu a responsabilidade de decidir sobre isso aos mais velhos. Fomos, então, convidadas a conversar com dois senhores da primeira geração a chegar à cidade.

Qual a expectativa dos pioneiros sobre a pesquisa? O Sr. G.A, um agricultor de 72 anos, aposentado, quer deixar registros da história dos agricultores que vieram do Paraná para as novas gerações. Ele usa o termo *mediador*, define-se como um, entende que esse é o papel que deve e pode exercer. Como mediador, sua narrativa não começa dele próprio, mas do pai, que chegou ao Brasil aos 13 anos, em 1918, acompanhando um tio, para compor as três enxadas exigidas dos imigrantes.<sup>1</sup> Segundo ele, o sonho de seu pai era “comer arroz branco puro, pois tinha sempre que interar com batata ou com inhame”. O tio, chefe da família, logo que chegou ao Brasil pegou maleita e morreu. Ele, então, se juntou a um primo e começaram a “queimar lata. Ele explica que “queimar latas” é expressão que indica a precariedade das condições. A comida era cozinhada em latas, pois não havia vasilhame.

A memória do Sr. G. A. ancora-se na memória dos relatos do pai, que viveu tempos de imensa dificuldade, trabalhando na lavoura paulista, sem saber português e vestindo-se apenas com sacos de estopa. Sua narrativa prossegue referindo-se à mãe, que chegou quase vinte anos depois do pai, em 1939. Ele nos conta que os pais se mudaram do estado de São Paulo para o Paraná quando ele tinha 4 anos de idade. “o Paraná era ainda uma selva ... meu pai levou vinte e poucos anos para poder comprar a primeira terra”. Perguntado sobre as razões da vinda para Paracatu, responde:

*lá a área era pequena e não dava para comprar mais. Só encontrava uns 10 a 15 hectares. Então surgiu este projeto e viemos para cá. Meus filhos já trabalhavam,*

---

<sup>1</sup> A expressão dizia respeito ao número mínimo de trabalhadores que era exigido por família.

*não com enxada, mas com trator. Eu tinha 48 anos e cinco filhos. O mais velho tinha se formado em psicologia e ficou em São Paulo. O que veio tinha quase vinte anos ... Esse projeto era para pagar em doze anos. Dois de carência e dez para pagar. O preço dos cereais era bom. Dava para pagar. Chegamos aqui e era diferente do Paraná. Ninguém sabia do tal do veranico que tinha aqui. No primeiro ano deu 72 dias de veranico.*

O Sr. G. A. conta os percalços que enfrentou, mas a narração não se dá na chave da queixa e sim da afirmação do trabalho. Descreve, com detalhes o que realizou. À frente da associação dos agricultores, conseguiu inaugurar a primeira etapa do projeto de irrigação em 1988. De 1988 a 1991 empreende a luta para instalar a segunda etapa, mas sem conseguir amortizar a dívida. Hoje, diz ele,

*são 13 mil e 200 hectares de irrigação ...a í surgiu outro projeto e nós pegamos um lote lá em Buriti, mas não agüentamos não. O filho sempre reclamando: o pai é mau administrador... Aí falei: toca como você entende... mas com três quatro anos ele entregou para o banco. Eu, até agora, negocieei ... **Lutei, quem não sabe vai falar que não trabalhei direito.***

Depois disso, arrendou as terras e equipamentos que tinha e vive deste provento e da aposentadoria. Não agüentou bancar o empreendimento, mas lutou, e essa história de lutas dá o fio de sua narrativa, que prossegue abordando a criação do clube Kaikan. Recorda-se dos amigos que quiseram criar uma escola de língua japonesa, mas que morreram num acidente em 1986, antes de levarem adiante a idéia. Ele, então, empenha-se nesse projeto, embora só tenha estudado até o terceiro ano primário. Conta porque parou de estudar tão cedo: ao término da guerra, seus pais acharam que deveriam ir para o Japão, porque pensavam que o país tinha ganhado a guerra, e o retiraram da escola, achavam que ele não precisava aprender mais o português. Em 1953 seu pai conseguiu viajar para o Japão. Mas como tinha pouco tempo que tinha acabado a guerra, “ele viu com os próprios olhos que tinha perdido, que não tinham sido recuperadas as cidades, e que não tinha serviço lá. Então desistiu de voltar.”

Mediador entre gerações, o Sr. G. A. fala com entusiasmo, rememora um passado de trabalho, mas coloca-se no presente em que exerce um papel significativo e quer falar e deixar registrado tudo isso. As novas gerações precisam dessa transmissão, diz ele, “transmitir a língua japonesa, a cultura japonesa, até hoje estou me dedicando pelo menos a transmitir o que nós aprendemos com nossos pais, transmitir para netos e netas.”

Na conversa, um novo pioneiro é introduzido, o Sr. G. T., atual presidente do clube Kaikan, que, em face das opiniões do Sr. G. A, acrescenta a necessidade de pensar não só “em

dar continuidade às gerações, porque é necessário pensar na sociedade toda”. A narrativa, neste caso, prossegue numa chave de ressentimento manifesto em relação à demanda por direitos relativos aos quilombolas. A história dos imigrantes japoneses é, para ele, uma história de sofrimento, lutas e perseguições. Fala de perseguições durante e após a guerra, fala de discriminação que sofreu como agricultor “japonês” e de sua reação afirmativa em face do que considerou arbitrariedade de fiscais da polícia rodoviária federal. Eminentemente política, a sua intervenção na conversa introduz uma questão atual, colocando em cena outros protagonistas da história recente brasileira que reivindicam o “direito à reparação” em face da discriminação e maus tratos vividos tanto no passado como no presente. Em sua argumentação, contrária a tal demanda, ele se vale do fato de pertencer, também, a um grupo discriminado, o qual, no seu entendimento, não reivindica reparações. Essa questão, contudo, não permanece no centro da conversa, pois os dois pioneiros retornam ao tema das gerações e do papel de certos elementos da cultura japonesa na educação dos mais jovens, como as ocasiões de celebração, em que se dá o preparo da comida e as refeições coletivas. Estávamos numa dessas ocasiões, e fomos convidadas a conhecer a cozinha e as mulheres envolvidas no preparo da comida, tendo à frente o Sr. G. T., empenhado em nos mostrar o seu interesse pela preparação dos alimentos e o papel dessa atividade na “união da família e preservação de valores”.

Nessas entrevistas, a nova geração emerge como objeto de atenção e cuidado. Apesar de não termos tido a chance de entrevistar os jovens, na ocasião participando de treinamento em tênis de mesa, tivemos oportunidade de presenciar uma dessas atividades realizadas com o intuito de promover a integração dos membros da colônia nipo-brasileira e de despertar o interesse pelo esporte, considerado imprescindível à formação disciplinada e saudável da juventude.

Ouvindo os mais velhos, em alguns momentos a frase “eu sou brasileiro” ressoava como afirmação de uma identidade nacional e de uma cidadania que costuma ser colocada em questão por outros, na vivência cotidiana. O Sr. G. T., por exemplo, relata discussão com um fiscal rodoviário que teria interceptado o trator de sua fazenda de forma desrespeitosa, chamando-o de japonês, num sentido pejorativo, levando-o a reagir de forma contundente, reafirmando sua nacionalidade brasileira e a disposição para afirmar seus direitos como cidadão. Esses relatos nos levaram a indagar sobre as questões vividas pela nova geração, cuja experiência urbana pode colocar outros desafios e novas modalidades de inserção na “comunidade nacional”.

Na conversa preliminar, ainda no Kaikan, tivemos oportunidade de ouvir duas jovens mulheres, uma delas professora de japonês, ambas egressas de uma temporada no Japão e, portanto, da experiência de serem consideradas brasileiras no país de seus avós e japonesas no Brasil. Esse tipo de situação, já analisada em pesquisa sobre os dekassekis\_(WOORTMANN, 1995), tem se generalizado na medida em que as facilidades de comunicação permitem as viagens freqüentes, seja para períodos intermitentes de trabalho seja para o chamado “turismo de identidade”. Integrados numa rede de contatos possibilitada pela condição de serem nipo-brasileiros e bilingües, muitos jovens dispõem de alternativas que seus pais não dispunham e certamente as experimentam, aprendendo, também, sobre as dificuldades de serem brasileiros no Japão quando para lá viajam. Em meio às transformações do tempo presente, quais as referências histórico-culturais dessa geração de brasileiros que, querendo ou não, trazem em si as marcas de um “certo oriente”? Com tal questão, orientamos as entrevistas realizadas, semanas depois, com dois rapazes de 19 e 25 anos respectivamente.

M. T. mora e estuda em Paracatu, ao contrário de muitos de seus amigos de geração que saíram para estudar fora. Embora entenda alguma coisa, não sabe mais falar japonês, língua de comunicação com os avós na infância. Considera que a criação dos filhos em famílias nipo-descendentes é mais conservadora, o ambiente é mais fechado e “não se demonstra muito afeto”. Porém, essa criação, prossegue ele, “transmite muitos valores importantes” que orientam suas vidas e fazem com que não se envolvam “em coisas erradas nem em casa nem na sociedade”. Menciona o afastamento de sua família da convivência com os “demais japoneses porque existe muita fofoca, eles condenam os namoros, começam a intrigar”. Na verdade, ele se refere às tentativas de ingerência naquelas escolhas afetivas que não recaem sobre pessoas da mesma “etnia”. Instado a falar da diferença física, menciona a sua experiência escolar, quando “ficava olhando a diferença”, mas sem perceber discriminação alguma. Recorda que, na infância, a convivência mais acentuada com os japoneses (sic) se dava no clube Kaikan, mas, hoje, sente que as pessoas estão “se misturando com os brasileiros”.

A. M. é estudante universitário e funcionário público em Brasília. Tem 25 anos e chegou a Paracatu em 1982, com um ano de idade, pois os pais vieram na primeira leva de migrantes que se fixou na região. As histórias contadas pelo avô materno sobre a viagem de navio, as dificuldades dos primeiros tempos são inúmeras e ele gosta de ouvi-las. Tem admiração pelo respeito devotado aos mais velhos entre os nipo-brasileiros, pela tradição culinária, pela exigência de postura à mesa e pela disciplina. A diversidade e a abertura são

características atribuídas aos brasileiros, com as quais se identifica. Refere-se ao sentimento de vergonha que os japoneses teriam a respeito da exposição de suas vidas pessoais, que também compõe sua maneira de ser. Relativamente aos sentidos da comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil, ele considera que vale comemorar, sim, argumentando que o encontro de culturas foi bom para os dois lados interessados nas comemorações. Segundo ele, tanto brasileiros quanto japoneses aprenderam uns com os outros.

De um lado, fechamento, disciplina, consideração pelos mais velhos e pelos rituais, sentimento de vergonha da exposição de questões pessoais mesmo aos amigos; de outro lado, abertura, diversidade, naturalidade para falar de si, dizem os entrevistados da nova geração. Portanto, esses jovens agenciam um repertório que está disponível no domínio público, reiterando percepções rotineiras acerca da brasilidade ou dos traços nipônicos. Constatação que diz mais sobre a sedimentação de certas visões de mundo em muitos segmentos da população do que sobre alguma particularidade de uma experiência. Relativamente a isso, não desconhecemos que, pelas próprias características citadas pelos entrevistados como distintivas dos “japoneses”(a vergonha da exposição de sentimentos, por exemplo), entrevistas exploratórias como as que fizemos não ultrapassam o horizonte das oposições corriqueiramente empregadas para definir “brasileiros” e “japoneses”. A história oral, do ponto de vista metodológico, não se resume à realização de entrevistas e na demarcação dos marcos temporais e significativos dos narradores escolhidos como protagonistas. Requer um estreitamento do convívio entre pesquisadores e entrevistados, um “trabalho de campo” cuidadoso, uma etnografia orientada pelo diálogo entre pesquisadores e protagonistas da narrativa que se quer construir, orientado pela busca de clareza de interesses das partes envolvidas. A trama da narrativa, neste caso, deve permitir que a alteridade possa emergir e ser levada em conta, sob pena de permanecer apenas no nível de uma “história da carochinha” que se conta para embalar o sono das crianças. Retomando uma expressão contida na ementa do simpósio *História e Alteridade*, não se pode perder de vista “as dimensões significativas que definem o outro, designado no singular ou no plural, situado ‘fora’ ou ‘dentro’, distante ou próximo, em relação a um sujeito que o pensa e o imagina”.

### **Narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade**

Depois dessas incursões, nos perguntamos sobre a melhor maneira de levar adiante o trabalho que nos foi encomendado. Ou melhor, sobre como celebrar esse nosso encontro com pessoas que querem deixar marcas de sua vida e labuta em textos escritos. Às dificuldades materiais de realização do projeto, somam-se aquelas decorrentes das expectativas dos envolvidos.

Na atualidade, as celebrações de centenários funcionam não apenas para reiterar laços e tradições, como para reinventá-las ou desconstruí-las à luz de interesses atuais. No mundo acadêmico, essas ocasiões funcionam também nesses três registros, embora o último esteja predominando. É de se lembrar os debates historiográficos ocorridos na ocasião das celebrações dos “500 anos de Brasil”, uma das muitas denominações alternativas ao “descobrimento”. O fato é que a comunidade acadêmica aproveita essas datas para pensar a sua própria produção e, nesse sentido, as celebrações produzem conhecimento.

Em 1978, o simpósio *Presença Japonesa no Brasil*, organizado pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, se deu como parte das comemorações dos setenta anos da imigração japonesa no Brasil. Na apresentação do livro que resultou deste simpósio, publicado em 1980, os organizadores esclarecem o propósito dos estudos ali reunidos: “avaliar o desempenho do contingente de origem japonesa no processo de adaptação cultural e examinar o comportamento dessa população em suas formas de participação na sociedade que a acolheu” (SAITO,1980). Integração sociocultural, participação no mercado de trabalho, na política e em outros setores, mobilidade, tendências de casamentos mistos: estes foram os temas formulados pelos pesquisadores, grande parte deles nipo-brasileiros. A questão da identidade, quando abordada, esteve associada à preocupação com a integração do imigrante e com sua capacidade e disposição de assimilar os códigos da cultura hegemônica, problemática que vinha norteando os estudos sobre imigração desde os anos 1940. Uma década depois, traçando um panorama dos estudos sobre imigração no país, Boris Fausto mostra o deslocamento do enfoque em direção à questão da etnicidade (FAUSTO,1991).

A ênfase na dimensão “étnica” da experiência está associada ao multiculturalismo, uma modalidade de cultura política que se espraia na atualidade, mesclando-se a outras tradições políticas e inspirando a produção de *novos sujeitos históricos* que demandam pelo respeito às diferenças (TAYLOR, 1994). As chamadas “políticas de identidade” ou “políticas de reconhecimento”, edificadas numa chave étnica, ocupam a cena do debate atual com vigor

renovado, agenciando novos sujeitos políticos *eticamente diferenciados*, com o concurso de inúmeros atores, entre eles historiadores, antropólogos e demais técnicos de áreas específicas de políticas públicas que atuam nos diagnósticos sócio-históricos, bem como na demarcação de espaços “quilombolas” ou “indígenas” (ARRUTI, 2006: 66). A legitimação dessas demandas pelo recurso à da História e ao Direito é reiterada à medida que a reivindicação dos direitos passa pela constituição dos *sujeitos de direito* e, enquanto tal, a *história* de sua constituição é imprescindível a tais operações de agenciamento. Narrativas históricas concorrentes participam dessa “guerra de imagens” identitárias, trazendo novos elementos ao debate, especialmente ao debate que articula história e alteridade.

O problema, em nosso entender, é que imagens identitárias fixas classificam ao invés de produzirem narrativas de mudança. Richard Sennet, em um livro dedicado ao exame da questão do respeito na atualidade, argumenta de forma instigante sobre a diferença entre imagens que classificam e narrativas que podem estabelecer o respeito mútuo, formulação que nos ajuda a ajustar o foco na questão que vimos discutindo até aqui.

*Em geral, as mudanças no comportamento ou na atitude acontecem muitos anos antes de as pessoas se conscientizarem de que mudaram. Foi necessária uma terceira geração de judeus venezianos para que a religião noturna se tornasse uma prática aceita por todos e naturalizada; (...) Foi preciso ainda mais tempo para aqueles que não fizeram a viagem [de regresso ao mundo que se tinha deixado para trás] compreenderem os que a fizeram.*

*Esta dificuldade parece óbvia, mas relaciona-se com um grande e complicado tema: a identidade de grupo. O conhecimento social tácito não testado é como o retrato de um grupo, uma imagem compartilhada de como as coisas devem ser. O conhecimento social testado assume a forma de uma narrativa, uma história compartilhada de mudança. Os bororós, antes da chegada dos padres salesianos, compartilhavam uma imagem de seu lugar no mundo; a terceira geração de judeus venezianos compartilhou sua história. O compartilhamento de uma imagem comum é tanto igual como imediato; o compartilhamento de uma história é mais árduo. As histórias de vida individuais entrelaçam-se em formas complicadas ao longo do tempo, e os insights que a história outorgou a uma pessoa podem ter sido talhadas a partir de outra.*

*As imagens classificam (...) Uma história compartilhada pode também classificar rigidamente, como no compartilhamento de narrativas nacionais que separam o ‘verdadeiro sérvio’ daquele cuja família por acaso morou na sérvia por várias centenas de anos. Todavia o ato pessoal de narrar a história de alguém a terceiros também pode romper com essa rigidez. O narrador vagueia a partir de seu objetivo, o ouvinte pergunta alguma coisa obscuramente relevante; o vaguear com frequência incita uma compreensão súbita e consciente de ambos. Nesta incerteza da narração está um princípio essencial de respeito mútuo (SENNET, 2004:275-277).*

## Bibliografia

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História no processo de formação quilombola*. Bauru, SP:Edusc, 2006.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

WOORTMANN, Ellen. *Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade*. Série Antropológica, Unb, 1996.

SAITO, Hiroshi. *Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A . Queiroz: Edusp, 1980.

SENNET, Richard. *Respeito – a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TAYLOR, Charles e outros. *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.